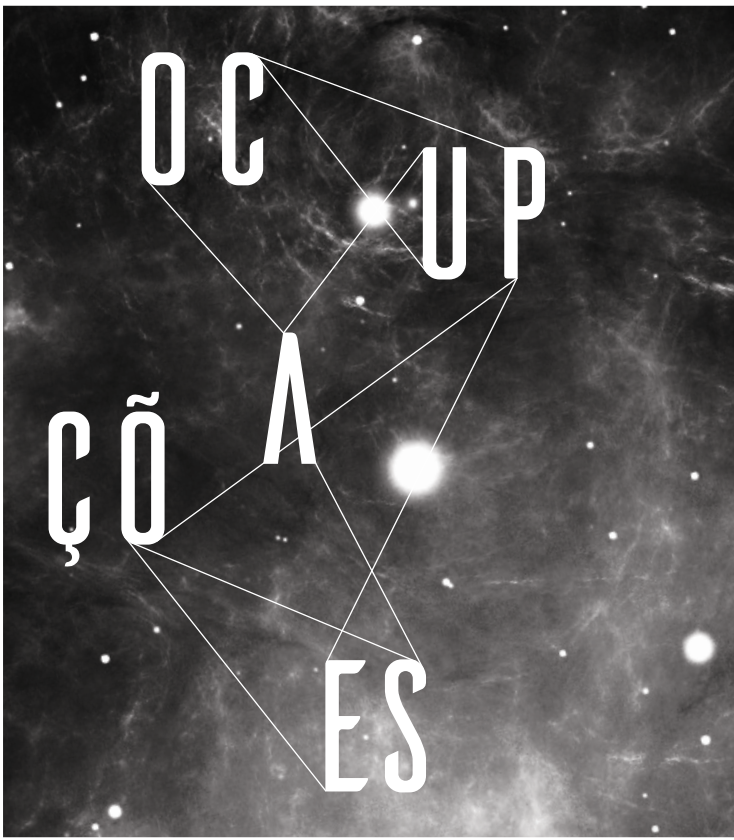
NARRAR POR


OC UP
A
ÇÕ
ES

NARRAR POR OCUPAÇÕES

Ocupar o projeto e narrar com ocupações[1]

FERNANDO FREITAS FUÃO

JOSÉ CARLOS FREITAS LEMOS

BRUNO CESAR EUPHRASIO DE MELLO

Ocupamos porque
Plantamos, mas não podemos comer
Fabricamos, mas não podemos comprar
Construímos, mas não podemos morar.
Lene Souza, poeta – MTST[2]

Ocupar

A palavra "ocupar" se refere ao ato de preencher um espaço, apoderando-se ou assenhorando-se dele. Ocupar é ato político daqueles que desejam recuperar a direção de suas existências. É ato de libertação daqueles que abandonam a condição de hospedeiros de valores que não lhes pertencem. Ocupa quem não tem, mas quer ter; quem não está, mas quer estar; quem não é, mas quer ser. As ocupações são uma estratégia de luta por moradia na qual são ocupados territórios e edifícios que não cumprem sua função social. E há muito ainda a ocupar.

Num panorama mais amplo e em benefício de todos, a contemporaneidade precisa ser ocupada pelo senso de contracolonialidade, que rejeita o menosprezo, as perseguições e chacinas étnico-raciais que ainda assolam o mundo. Os povos indígenas do mundo, por exemplo, reclamam

ocupar os territórios que são seus por direito ancestral para ensinar ao resto da humanidade alternativas de inserção equilibrada em seus ecossistemas. A secular ontologia moderna e europeia requer urgentemente ser ocupada por uma filosofia crítica que inclua toda a alteridade, algo que transcenda o heleno-euro-norte-americano-centrismo, ou seja, que reconheça os 80% da humanidade pertencentes à periferia ou ao terceiro mundo. (BAUTISTA, 2014, p. 22)

Na universidade, por sua vez, a extensão deve ocupar a centralidade do tripé universitário, orientando pesquisas e experiências de ensino. A própria extensão demanda ser ocupada por ações verdadeiramente sociais. Os bairros e assentamentos populares autoconstruídos pedem a ocupação dos currículos escolares dos cursos de Arquitetura e Urbanismo. O encontro entre os saberes popular e acadêmico-científico exige ocupar as metodologias pedagógicas e projetuais, geralmente narradoras unidirecionais ou dissertadoras para ouvintes passivos.

A postura das ocupações demonstra a impossibilidade de uma alteração radical nas narrativas de projeto e planejamento, oriundas do *status quo*. É preciso ocupar a narração e a projetação com novas formas narrativas, inclusive rejeitando-as em dado momento; é preciso deslocar a *auctoritas* da representação; é preciso que as ocupações adentrem enquanto temáticas ao projeto arquitetônico e urbanístico.

Narrar

> Quanto mais analisamos as relações educador-educandos, na escola, em qualquer de seus níveis, (ou fora dela), parece que mais nos podemos convencer de que estas relações apresentam um caráter especial e marcante – o de serem relações fundamentalmente narradoras, dissertadoras. Narração de conteúdos que, por isto mesmo, tendem a petrificar-se ou a fazer-se algo quase morto, sejam valores ou dimensões concretas da realidade. Narração ou dissertação que implica num sujeito – o narrador – e em objetos pacientes, ouvintes – os educandos. Há uma quase enfermidade da narração. A tônica da educação é

> preponderantemente esta: narrar, sempre narrar. [...] a palavra, nestas dissertações, se esvazia da dimensão concreta que devia ter ou se transforma em palavra oca, em verbosidade alienada e alienante. Daí que seja mais som que significação e, assim, melhor seria não dizê-la. (FREIRE, 1987, p. 37)

Quem chega às ocupações – o arquiteto, o professor, o gestor, os alunos – não é senhor do conhecimento, pronto a vomitá-lo para seres completamente ignorantes. Não é possível estabelecer um processo pedagógico construtivo com estas coletividades com o uso de propostas de "ensino narrativa", como se a sabedoria e o conhecimento acerca do futuro estivessem prontos, acabados; como se a narrativa tivesse um só sentido; como se num diálogo não houvesse o encontro, a troca de narrativas. No diálogo, os dois lados são ativos, recebem e transmitem conhecimento numa troca viva.

Até hoje, a despeito da ampliação das maneiras de narrar a cidade – para além dos textos narradores, se acrescentaram as linguagens da fotografia e do cinema –,[3] a narrativa continua a ser um discurso de poder. Dessa maneira, talvez os arquitetos representem uma minoria dentre os muitos descritores da cidade, entre os quais podemos destacar historiadores, geógrafos e outros cientistas sociais.

Apesar de dois terços de nossas cidades serem autoconstruídas irregularmente, às margens dos carimbos oficiais, a cidade conforme narrada pelos pobres não é considerada pela maioria dos arquitetos. Explorar as narrativas sobre a cidade se trata, portanto, de um grande desafio. Mas é preciso desvelá-las. Não apenas para dar voz a quem não tem, mas, sobretudo, para que nos ponhamos a escutar e dialogar, para que abdiquemos da imposição de narrativas prescritivas em suas diversas formas. O diálogo pretendido não pode supor silêncio de um dos lados, nem mesmo deve-se pretender um papel de validação da fala do outro por qualquer dos lados, independente de alguns terem vestido toga e outros não.

Ao se abordar uma "ocupação da narratividade", pode-se referir aos exemplos das obras e procedimentos de quatro pensadores latino-

americanos. Três deles são exemplos incomuns de consagração de obras radicadas nos arrabaldes do globo que ocuparam parte do cenário dominado pela academia eurocentrista: o pedagogo brasileiro Paulo Freire (1921-1997), o sociólogo peruano Aníbal Quijano (1928-2018) e o filósofo argentino Enrique Dussel (1935-).[4] Um quarto nome que também deve ser lembrado é o de Ailton Krenak (1953-),[5] que expressa a razão deste texto, por sua atividade, personalidade e procedência como representante dos povos originários.

Para os opressores, não há reconhecimento de humanidade em favelados, quilombolas, camponeses, ribeirinhos, pobres, negros e índios. Foi comunicado, ao longo de gerações, que somente é humano aquele que representa os papéis principais da história ocidental, moderna, euro-norte-americano-centrista. Nos últimos séculos, o sentido de humano e não humano foi definido principalmente a partir da Idade das Luzes francesa. Ao contrariar a lógica de inferiorização e da dominação, esses autores dignificaram as matrizes intelectuais, as memórias e os valores do povo latino-americano. Contrapuseram-se à modernidade euro-norte-americana-centrista que era dirigida à desqualificação da sub-humanidade da periferia do sul global. Não foi à toa que seus pensamentos pedagógicos e políticos conduziram a inevitáveis e incontornáveis enfrentamentos. Cumpriram, portanto, todos os requisitos necessários à definição de uma ocupação, de uma narratividade ocupada.

Ocupação da pedagogia e do projeto arquitetônico

Assim, sobre esse substrato de conhecimento e pela própria iniciativa do presente artigo, apoia-se a ocupação como postura política libertadora em nossa contemporaneidade. Legitima-se a coerência histórica das ações coletivas que ocupam espaços ociosos no campo e na cidade.

Deriva daí a proposição de discutir a necessidade também de ocupar os espaços curriculares, acadêmicos e profissionais da arquitetura e

do urbanismo. Os limites da profissão de arquiteto e urbanista são postos a prova pelas ocupações urbanas de maneira ética radical. Ligam-se à discussão sobre o provimento de moradia digna a uma parcela gigantesca da população latino-americana e brasileira.

A formação do arquiteto e urbanista, nas disciplinas de projeto arquitetônico e/ou urbanístico das universidades, se dá por uma irresistível atração por padrões estéticos pertencentes à modernidade euro-norte-americano-cêntrica; são modelos alheios às experiências materialmente constituídas de todas as regiões continentais periféricas. Sua instrução também é um deslumbramento que formata os jovens aprendizes em arquitetos-estrela, responsáveis pela autoria de obras icônicas, majoritariamente subordinadas à acumulação de capital. Enchem-se os olhos desses principiantes com obras monumentais, do excesso, do desperdício, das marcas transnacionais, da submissão ao capital e da violação dos direitos dos trabalhadores.

É hora de abrir espaço pedagógico para a arquitetura do ordinário, do comedimento, dos pés descalços, dos chinelos de dedo, da cooperação e ativismo social, da solidariedade, da ética e da estética do outro, do morador da periferia. Nossa proposta é que o conceito de ocupação como exercício político possa cumprir papel capital nessa mudança de perspectiva.

A questão da dialogicidade colocada por Paulo Freire é fundamental para o debate aqui proposto envolvendo a ocupação. Primeiro, a dialogicidade se opõe ao que Freire chama "educação bancária", que é vertical, domesticadora. Essa metodologia, ao invés de estabelecer uma comunicação eficaz, produz "comunicados", narrativas do opressor aos educandos. Narra, conta, contabiliza, faz "depósitos" para que os aprendizes memorizem, anulando em suas mentes o poder criador e a produção do saber. Na tradição de tal proposta pedagógica, os envolvidos assumem posições fixas, invariáveis e hierarquizadas. Pressupõe-se a existência de alguém que sabe e entrega a informação (o educador) e alguém que não sabe e que a recebe (o aluno). O diálogo, por sua vez, pressupõe invariavelmente um encontro entre pessoas, uma narração conjunta.

Em segundo lugar, o diálogo freireano faz confluirem saber acadêmico e saber popular. Estaria a universidade preparada para esse encontro de saberes? Para a descoberta da alteridade? Para essa escuta atenta do outro? A dialogicidade evita os extremos do basismo e do elitismo. O basismo, de um lado, é a expressão daqueles que depositam todas as virtudes do mundo nas bases. Do outro lado – como seu oposto simétrico –, está o elitismo, que só dá atenção às elites, como se outras práticas fossem ilegítimas. Para seus adeptos, o mundo pode ser salvo desde a elegância e assepsia de discursos teóricos arquitetônicos e urbanísticos, apartados da feiura do mundo concreto das periferias das cidades. Para Freire (2018), tanto basismo quanto elitismo impedem a mudança, já que seriam posturas reacionárias. A dialogicidade da pedagogia humanista-libertadora de Freire (1987, p. 67) se aproxima do que ele concebe como práxis, envolvendo a transformação do mundo não só pelas reflexões sobre ele, mas também pelas necessárias ações nele.

Dessa maneira, ocupar deve ser um comportamento pedagógico, uma orientação política, uma disposição ética, uma práxis dialógica, para que a disciplinaridade de planejamento e projeto deixe de ser bancária ou reacionária; não exprima uma narrativa unidirecional, não represente ordens de serviço precisas e advindas de um autor, não traduza um comando para a produção e não constitua a exteriorização exclusiva da subjetividade do arquiteto-autor que o concebeu.

O projeto não é ato solitário de um único gênio individual, mas sim um processo coletivo motivado por objetivos sociais compartilhados. Nesse processo, é preciso avançar da simples incorporação de temas, problemas e personagens abstratos, interagindo com fatos concretos que contestarão os pressupostos da profissão, que tirarão do eixo os valores preestabelecidos, que questionarão as técnicas e estéticas do ofício do arquiteto e urbanista.

É a partir dos pressupostos delineados anteriormente que temos praticado a extensão e interagido com ocupações. A seguir, a título de exemplo, apresentaremos dois casos de trabalho em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.

Ocupar o projeto e narrar com ocupações

De entrada, é importante problematizar o termo "ocupações urbanas". Ele trata de um amplo espectro de situações – diferenças em escala, objeto, formas, grupos sociais. E o sentido de espectro aqui remete tanto a um leque de possibilidades como a manifestações que assustam as pessoas. Porque a ação de ocupar remete a um ato agressivo, carrega o estigma da ameaça à propriedade privada por apropriações supostamente ilegais ou indevidas. Podemos, por exemplo, nos referir a uma ocupação pequena, como a apropriação de uma casa por uma família, como a Ksa Rosa; ou a ocupações maiores, como de um edifício inteiro de muitos andares por várias famílias (Edifício Utopia e Luta); ou ainda a ocupações muito extensas, como áreas que originam bairros, como no loteamento Rubem Berta, todos em Porto Alegre. Os exemplos são infindáveis pelo Brasil e pela América Latina. Mas se é possível estabelecer tipos de ocupações diferente, também é necessário compreender que aqueles que ocupam o fazem porque plantam, mas não podem comer; fabricam, mas não podem comprar; constroem, mas não podem morar.

A seguir, apresentaremos dois casos de ocupação em Porto Alegre que representam nossas tentativas de práxis dialógica com as ocupações a partir da extensão universitária.

Caso 1: ocupação Povo Sem Medo

O projeto de extensão Práticas Urbanas Emergentes (PUE)[6] realiza ações junto à ocupação Povo Sem Medo de Porto Alegre (PSM/POA), coordenada pelo Movimento de Trabalhadores Sem Teto (MTST) desde 2019 (MELLO, et al. 2019a, 2019b). A ocupação ocorreu em setembro de 2017 como gesto de denúncia à falta de moradia na zona norte da capital gaúcha. Buscava dar visibilidade também à disputa territorial entre a Fraport Brasil/Porto Alegre, subsidiária da Fraport AG Frankfurt Airport Services Worldwide – empresa alemã

que venceu a concessão para operar o Aeroporto Salgado Filho – e a Vila Nazaré, comunidade pobre cujas 1.500 famílias estão sendo removidas para ampliação da pista de pousos e decolagens. Esse é um processo de remoção tardio, planejado desde a Copa do Mundo da Federação Internacional de Futebol (Fifa) de 2014, mas só agora está sendo concluído.

Figura 1 – Mutirão de construção do barracão, ocupação Povo Sem Medo de Porto Alegre, Parte I.
Fonte: produzida pelos autores.

A região onde estão a ocupação PSM/POA e a Vila Nazaré foi bastante valorizada com a perspectiva de ampliação do aeroporto. Ela tem recebido importantes obras: extensão e duplicação de avenidas, implantação de infraestrutura urbana, construção de condomínios empresariais etc. Assim, ela se constituirá, nos próximos anos, em importante vetor de expansão urbana num dos últimos estoques de terra disponíveis da zona norte da cidade.

A construção do galpão comunitário era uma urgência, sendo um edifício modesto cujo programa de necessidades, construído coletivamente, ficou assim definido: uma cozinha, um salão de reuniões e aulas, dois depósitos e uma varanda. O anteprojeto arquitetônico, também discutido com os moradores da ocupação, resultou num retângulo de 6 metros por 15 metros em planta baixa; estrutura e fechamentos de madeira; cobertura de telha de aço galvanizado; contrapiso de concreto grosseiro – uma construção pequena e simples.

Figura 2 – Mutirão de construção do barracão, ocupação Povo Sem Medo de Porto Alegre, Parte II.
Fonte: produzida pelos autores.

Seus executores foram a comunidade acadêmica da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e os ocupantes da PSM/POA. Os mutirões de autoconstrução ocorreram durante os fins de semana. Durante todo esse tempo, estudantes e ocupantes se fizeram operários. Puseram-se em movimento, física e mentalmente, para transformar um desenho numa construção.

Destacaremos alguns aspectos desse exercício extensionista vinculando-o ao debate acerca do projeto arquitetônico dialógico.

Dois pressupostos importantes da extensão foram: o edifício construído não seria uma mercadoria (interessava seu valor de uso, não o de troca); sua produção abdicava da venda-compra de força de trabalho (pois pretendia colaboração na obra). Esses aspectos, por si só, já interferiam no processo e questionavam a lógica de produção capitalista do espaço.

Figura 3 – Mutirão de construção do barracão, ocupação Povo Sem Medo de Porto Alegre, Parte III.
Fonte: produzida pelos autores.

Outro aspecto importante do trabalho foi a quebra da hierarquia no canteiro. O desenho sempre esteve presente, mas como convite ao diálogo, e não como ordem. Por isso, ele nunca esteve concluído, mas esteve sempre pronto a incorporar sugestões ou a se retirar. O labor em equipe fez com que a autoria do projeto arquitetônico se

diluísse entre todos aqueles que debateram suas soluções. Essa foi também uma forma de questionar a prática profissional convencional, hierarquizada e que atribui valor à obra autoral de arquitetos-estrela.

Essa horizontalidade gerou dificuldades, obviamente. Foi preciso capacidade de mediação de posições antagônicas em relação à construção. Cada pequena decisão em aberto demandava intenso debate. Argumentos sobre aspectos positivos e negativos das hipóteses de solução eram postos em disputa e, ao final, a decisão era tomada em conjunto. Foi uma rica experiência de aprendizado, pois colocou conhecimentos em diálogo. Construir o barracão foi também a forma dos indivíduos se construírem como agentes políticos de transformação, que acreditam no trabalho em colaboração, que escutam, falam, tentam convencer, negociam. O processo de produção foi, enfim, ele mesmo, a crítica da técnica de dominação e controle da força produtiva no espaço de trabalho.

Resultado frequente dos mutirões eram as pequenas imperfeições na construção – peças fora de prumo, eixos levemente fora de esquadro, frestas, desníveis, vãos. Mas as imperfeições da obra subvertiam e desafiavam o projeto, pois representavam a humanização da obra e o esforço contra sua autoridade; denunciavam o alheamento e o estranhamento, fazendo com que a obra fosse o resultado não apenas das forças físicas parciais articuladas, mas a exteriorização da subjetividade humana. Todos aqueles que participaram dos mutirões deixaram o seu "rastro" na obra. Foi a forma de cada trabalhador – estudante ou morador da ocupação – "dizer a sua palavra" materialmente, cada um à sua forma.

Outro aspecto importante foi o da temporalidade. O tempo da produção que tem como horizonte o lucro "não tolera 'nenhum movimento inútil'". (FERRO, 2006, p. 121) Na ocupação, entretanto, houve muitos movimentos inúteis, muita perda de tempo, nenhuma repressão aos gestos. O tempo do trabalhador talvez perca em eficiência, mas ganha em humanidade, o que representa não apenas uma mudança de objetivo, mas de processo.

O trabalho de construção do galpão comunitário representou ainda a (re)união entre saber e pensar. A experiência demonstrou que todos os envolvidos na obra estão sempre a antecipando em sua mente. Basta que haja espaço para que essas propostas emerjam. As alterações

sugeridas ao desenho durante a execução do edifício representaram a forma compartilhada de dizer e fazer o mundo. Possibilitaram a exteriorização consciente, abrigaram a ação criadora, deram visibilidade à mão que produziu, acolheu mais horizontalidade nas decisões sobre as soluções, foi menos ordem e mais diálogo entre a arquitetura científico-acadêmica e a popular.

A experiência de construção – mais do que de projetação – dialógica representou uma possibilidade de reforma na relação entre projeto e canteiro. Esse exercício crítico sobre novos métodos não foi algo que se pudesse "depositar" nos educandos. Foi algo experimentado na prática, provocado pela extensão, o espaço acadêmico-universitário mais adequado para exercitar a práxis e a dialogicidade freireanas no próprio percurso pedagógico.

Caso 2: ocupação Ksa Rosa

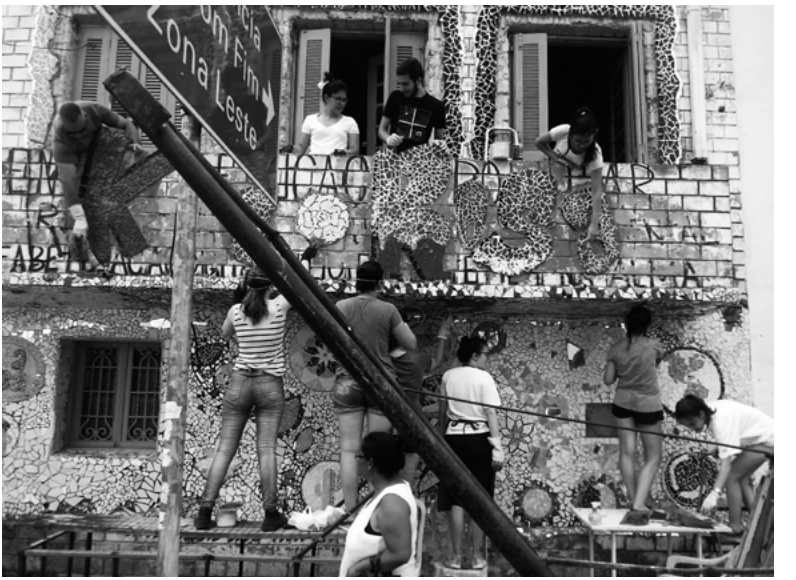


Figura 4 – Alunos trabalhando na fachada da Ksa Rosa.
Fonte: acervo Ksa Rosa.

Em meio à grande diversidade de ocupações que podem acontecer, a Ksa Rosa é constituída por catadores e moradores de rua, os quais vivem da busca e separação de papelão, garrafas pets, alumínio, entre outros, numa das zonas de maior concentração de comerciantes da reciclagem mergulhada no universo do crack no centro de Porto Alegre. Parte da proposta da ocupação também foi de ser um centro ativista de educação popular e resistência cultural, assim como um pequeno lugar de acolhimento temporário para moradores de rua e imigrantes.

Figura 5 – Construção dos furos na Ksa Rosa.
Fonte: acervo Ksa Rosa.

O entendimento da ocupação Ksa Rosa é de que catadores e população em situação de rua têm uma dinâmica de vida toda própria, o que dificulta ou mesmo inviabiliza, muitas vezes, a permanência deles numa ocupação. Os próprios movimentos sociais de ocupações têm preconceito em relação a eles, o que representa a exclusão dentro da exclusão. Esse é um dos desafios da ocupação. Outra dificuldade enfrentada por catadores nas ocupações ou nos albergues diz respeito ao carrinho e sua carga, já que, com a dificuldade de armazenagem do material para triagem, poucos espaços os acolhem.

Maristoni Moura, coordenadora da Ksa Rosa, se propôs a enfrentar esses problemas junto com amigos que integram o coletivo. Eles não só têm usado seu trabalho como possibilidade de reorganização social e produtiva do mundo da rua, mas também têm articulando políticas públicas, como, por exemplo, a de redução de danos.

Figura 6 – Sessão de aula no interior da Ksa Rosa.
Fonte: acervo Ksa Rosa.

A ocupação Ksa Rosa se trata de um sobrado construído no início do século XX que ocupa praticamente todo o estreito e longo terreno de 8 metros de largura por 50 de profundidade. Possui uma entrada lateral que permite a passagem dos carrinhos e o acesso às diversas entradas laterais ao longo da casa, tanto na parte inferior como para o piso superior através de duas escadas. Na parte de baixo do sobrado, logo na entrada, situam-se o brechó e uma saleta destinada a um salão de beleza para moradores de rua. No meio do prédio, encontra-se um grande salão onde acontecem reuniões e festas. Mais ao fundo, dois pequenos quartos, os banheiros e, ao fundo do terreno, um pátio destinado à reciclagem e armazenamento dos carrinhos completam os usos do térreo. Na parte superior, situa-se, na sala da frente, a biblioteca, seguida de várias salas. Uma delas é destinada a estudos e, mais ao fundo, a parte reservada da família, composta por quartos e salas, além de cozinha e banheiros.

O trabalho de catação com os dois carrinhos que a Ksa Rosa possui depende de acordo entre os catadores e a coordenação da ocupação, prevendo horário de uso, maneira de agir e a contribuição de uma parte do produto do trabalho à organização da ocupação, o que auxilia em sua subsistência. A adaptação dos moradores de rua às regras de cooperação é muito difícil, seja porque eles não se identifiquem com regramentos e normatizações, seja porque perderam – ou nunca tiveram – o sentido de casa que nos foi formulado. Maristoni conta que, nas várias ocupações das quais participou, sempre se repetia a mesma dificuldade em trabalhar com o pessoal de rua: era difícil a construção de um coletivo em decorrência do uso de drogas, tornando complicada sua atuação quanto ao respeito de horários, forma de agir e devolução de produto de trabalho.

Até o presente momento, foram três as ocupações de que Maristoni participou nessas mesmas imediações na Rua Voluntários da Pátria, no centro de Porto Alegre. Em 2007, foram despejados da ocupação inicial e se instalaram naquela em que nasceu a denominação Ksa Rosa (a segunda), um antigo hotel de três andares, abandonado e pintado na cor rosa. Ali, Maristoni ficou com sua família até 2015, quando foi novamente despejada com todos que participavam da ocupação. Foi quando ocupou a última e atual.

Em 2016, procurou a UFRGS buscando auxílio para a organizar melhor os espaços e dar vazão a sua imaginação e ideais de uso com a Ksa Rosa. A partir do início de 2017, a temática da ocupação Ksa Rosa foi introduzida na disciplina de graduação de Projeto Arquitetônico II, na Faculdade de Arquitetura da UFRGS. A partir de então, ela tem sido trabalhada sempre agregando novas descobertas.[7] No início de 2019, foi criado o projeto de extensão "Reabilitação Arquitetônica da Ksa Rosa" e, ao final do mesmo ano, o projeto recebeu o prêmio máximo no Salão de Extensão da UFRGS.[8]

Essa integração graduação/extensão defende duas ideias: 1. a responsabilidade e comprometimento social e ético da universidade pública; e 2. o entendimento de que não haverá sociedade justa sem a inclusão verdadeira de todos os segmentos da sociedade. Assim, o alvo sempre é a premência de colocar os estudantes em contato direto com a pobreza e a miséria, com esse outro ausente no discurso da arquitetura. A partir disso, eles mesmo se descobrem como agentes de transformação para o trabalho colaborativo com esses coletivos.

Qualquer interferência nesses territórios, obviamente, deve levar em conta seus conhecimentos e práticas, suas vidas em contextos e cenários completamente adversos, marginais, e suas possibilidades de sobrevivência. Essa população nunca é consultada em relação aos seus territórios de vida – como gostariam de habitar e de gerar a cidade –, embora tenham senso, compreensão e produção tanto de arquitetura quanto de arte. Foi com esse horizonte de compreensão da formação e da prática profissional do arquiteto que a graduação e depois a extensão começaram a trabalhar na Ksa Rosa, respeitando suas culturas, seus processos, sua ética e sua estética.

Aqui também, como no primeiro caso descrito, da ocupação PSM/POA, arquitetos e estudantes se apresentam como partícipes, propondo alternativas conjuntamente ao coletivo. No caso da Ksa Rosa, esse trabalho se torna mais fácil, já que a coordenação e o coletivo solicitam demandas urgentes da casa, sugerem ideias criativas e também decidem entre as propostas dos estudantes qual o caminho parece mais interessante em cada uma das alternativas a ser seguida.

A cada reunião, se propõem reformulações, sempre somando – nenhuma ideia é propriedade de ninguém, todas são coletivas, e nada é confrontado ou expurgado. Essas ideias são representadas de diferentes maneiras: desenhos em escala, croquis, fotografias, textos descritivos. Ao final, algumas vezes, não se faz um projeto definitivo de execução, e a conjunção final das ideias não é necessariamente desenhada, pois já está memorizada, entranhada e compartilhada entre todos; outras vezes, elabora-se um projeto executivo extremamente detalhado. Então, aluno, professores e alguns membros do coletivo, quando não estão trabalhando, passam a executar as obras.

O processo refere a narrativa de uma prática que já não é individual, como os processos tradicionais de projeto, proveniente de um arquiteto-projetista, de modo que já não há um narrador, mas vários narradores.

A temática do projeto a cada semestre se propõe de comum acordo a melhorar um determinado espaço. São projetos de pequeno âmbito, como um ou duas salas, uma fachada ou um banheiro. Para conseguir esses recursos, fazem rifas, vendem postais, comida nas festas de estudantes, abrem vaquinhas *on-line*; ou mesmo confeccionam os materiais no laboratório de matérias da Engenharia, como os pisos táteis para a calçada da frente. Entre os trabalhos colaborativos executados, destacam-se: a reforma do piso da sala da frente, a abertura circular entre salas, os trabalhos de *décollage* das paredes, o projeto e a execução da fachada e calçada.

Os trabalhos realizados nos semestres anteriores são sempre considerados e exaltados, permitindo, assim, um trabalho constituído de pequenas histórias. A narrativa suscitada refere-se a uma prática de criação coletiva, em que o resultado apresenta pequenas imperfeições na construção. Essas imperfeições subvertem e desafiam a ideia de projeto frontalmente, representam, nesses casos, o humano da obra e o esforço contra a autoridade e a disciplina, o mando e o conceito de perfeição tão embutidos na formação do arquiteto. A imperfeição é poderosa e vista como outra forma de perfeição – o perfeito contido no imperfeito. Ela denuncia o alheamento e o estranhamento, fazendo com que a obra seja não só o resultado de uma objetividade material, mas a exteriorização da subjetividade humana. Propõe a exposição

do rastro humano nessas obras, ação que desaprendemos a fazer em decorrência da cada vez maior desumanidade de nossas construções. Faz parte da construção dessa narrativa também o processo de aprendizagem do uso de ferramentas básicas: talhadeira, plainas, colher de pedreiro, desempenadeiras, serras elétricas, cortadores de vidro etc. – saberes estes muito mais vinculados ao povo pobre –, assim como a utilização dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e a elaboração de orçamentos e gerenciamento de pequenas obras. Esse método de ensino talvez oportunize a cada aluno e morador da ocupação "dizer sua palavra" materialmente, cada um à sua maneira.

Conclusão

Ailton Krenak deixa claro, em suas entrevistas por vídeo no YouTube, que a "humanidade" propagada pela Idade Moderna não serve nem aos povos originários latino-americanos e nem à maioria das pessoas do mundo, porque são pessoas não incluídas no concerto de povos que a originou. Ou seja, para ele, 70% ou 80% das populações de pessoas no mundo nem fazem parte dos esforços de humanização.

Constata-se o quanto essas narrativas de projeto e planejamento oriundas do *status quo* precisam ser superadas para a libertação de grandes contingentes populacionais nas cidades e fora delas. Povos originários, comunidades quilombolas, coletividades de favelas e de ocupações urbanas não são culturas extemporâneas e ultrapassadas. Ao contrário, são domínios de saberes e fazeres populacionais de plena atualidade. Apontam itinerários e rotas a serem escolhidas. Ao invés de dissolver culturas estranhas e diferentes, para reciclá-las e transformá-las em modernidade capitalista, melhor seria fazer delas uma bússola de produção de caminhos. O problema do presente não é o terceiro mundo, nem a solução está no primeiro. No mundo e no interior das cidades, as culturas e coletividades desfavorecidas podem apontar a direção e o sentido para os caminhos da humanidade global.

É preciso que a narrativa de projeto incorpore a educação popular e a emancipação das classes oprimidas que Paulo Freire iniciou

a partir de final da década de 1950 e começo da de 1960. O seu legado político e pedagógico avançado e radical de "valorização da cultura" precisa ser continuado para o bem de todos.

Obedecendo à lógica das ocupações, é necessário que a pedagogia de projeto arquitetônico e urbanístico usurpe de seu pedestal a razão moderna e capitalista, europeia e norte-americana e coloque em seu lugar as coerências terceiro-mundistas emergentes, latino-americanas, africanas e asiáticas.

NOTAS

1 Este artigo é um dos resultados de duas pesquisas desenvolvidas e financiadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), das quais os autores Fernando Freitas Fuão e José Carlos Lemos participam: "Unidades de triagem de resíduos sólidos", um estudo sobre normativas e proposição arquitetônica, e "Experiências urbanas e produção do comum: modos de vida e invenção das cidades em tempos de intolerância".

2 Entrevista retirada da obra de Boulos (2015. p. 23).

3 A fotografia e o cinema também não deixam de ser tributários da longa tradição da domesticação do olhar, fundada no Renascimento. Para a questão da história do desenhar e da domesticação do olhar, ver: Lemos (2010).

4 Paulo Freire, Aníbal Quijano e Enrique Dussel vivenciaram os rigores das ditaduras civis-militares em seus países. As obras de Freire e Dussel tornam-se famosas desde a década de 1960, a partir de seus escritos no exílio, respectivamente no Chile e no México. Quijano, por sua vez, a despeito do corajoso ativismo político que exerceu em seu país, teve sua obra somente conhecida no final da Guerra Fria, início da década de 1990. Os três trabalhos, principalmente conhecidos por suas pesquisas mais famosas, a *Pedagogia do oprimido*, a *Filosofia da libertação* e a *Colonialidade do poder*, compõem no final do século XX uma virada latino-americana na compreensão das ciências sociais que critica a relação centro-periferia, sem se submeter ao produtivismo, ao mercado e às políticas hegemônicas.

5 Ailton Krenak é arguto pensador e vigoroso representante ativista da resistência ambiental e indígena latino-americana nas últimas quatro décadas. Líder indígena e ambientalista da etnia crenaque ou krenak (aimoré), é considerado uma das maiores lideranças do movimento indígena brasileiro e da América Latina.

6 O projeto de extensão PUE, da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), é coordenado pelos professores Bruno Cesar Euphrasio de Mello, Inês Martina Lersch e João Farias Rovati e já participaram dele na condição de bolsistas de extensão as estudantes Gabriela Rosa Nodari, Bárbara Bundyra Finger, Carolina Ribeiro Araújo e Hemylin da Silva Machado.

7 Essa temática da disciplina de Projeto Arquitetônico II é ministrada pelos professores Fernando Fuão e José Carlos Lemos.

8 O projeto de extensão universitária "Reabilitação arquitetônica da Ksa Rosa: projeto e execução" é coordenado pelos professores Fernando Fuão (Arquitetura/UFRGS), José Carlos Lemos (Arquitetura/UFRGS), Ana Paula Kirchheim (Engenharia Civil/UFRGS) e Cláudia Zanata (Artes Visuais/UFRGS). Os resultados obtidos se devem sobretudo ao trabalho de uma centena de alunos da graduação ao longo desses semestres e também aos extensionistas, bolsistas, monitores, mestrandos e pós-doutorandos.

REFERÊNCIAS

BAUTISTA, Juan José. ¿Qué significa pensar desde América Latina? Hacia una racionalidad transmoderna y postoccidental. Madrid: Ediciones Akal, 2014.

BOULOS, Guilherme. *Por que ocupamos?* Uma introdução à luta dos sem-teto. São Paulo: Autonomia Literária, 2015.

DUSSEL, Enrique. *Para uma Ética da Libertação Latino-Americana*. São Paulo: Loyola, 1977-1980. 5 v.

FERRO, Sérgio. *Arquitetura e trabalho livre*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do compromisso*: América Latina e educação popular. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FUÃO. Fernando. *As formas do acolhimento. In*: SOLIS, Dirce; FUÃO, Fernando (org.). *Derrida e arquitetura*. Rio de Janeiro: Edurj. 2014. p. 41-114

FUÃO, Fernando; LEMOS, José Carlos; EL KHOURI, Gihad Abdalla. Entre remendos e acolhimentos: a ocupação Ksa Rosa. *Pixo*: revista de arquitetura, cidade e contemporaneidade, Pelotas, n. 3, v. 1, p. 188-203, 2017.

KRENAK, Ailton. O *amanhã não está à venda*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. [*Entrevista*]. entrevistador: *Bob Fernandes*. Salvador, 6 fev. 2020a. 1 video (5 min 23s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=3yXlEshRnYg. Acesso em: 24 abr. 2020.

KRENAK, Ailton. *Vozes da Floresta*. [Entrevista cedida a] série Vozes da Floresta. [S. l.], 14 abr. 2020b. 1 video (59 min 38 s). Publicado pelo

Le Monde Diplomatique Brasil. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=KRTJIh1os4w. Acesso em: 25 abr. 2020

LEMOS, José Carlos. *Para uma história da designalidade*. Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, RS, 2010.

MELLO, Bruno Cesar Euphrasio de. *et al*. Práticas urbanas emergentes: a universidade e a cidade. *Revista da Extensão*, Porto Alegre, n. 19, p. 29-36, nov. 2019a.

MELLO, Bruno Cesar Euphrasio *et al*. (org.). *Práticas urbanas emergentes*: extensão universitária. Porto Alegre: UFRGS, 2019b.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina. *Anuario Mariateguiano*, Lima, v. 9, n. 9, 1997.

QUIJANO, Aníbal. ¡Qué tal raza!". *Familia y cambio social*, Lima, 1999.